



Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria do Planejamento e Gestão
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

ANO 18 Nº 10
Outubro de 2009

Conjuntura FEE

Um desenho do tempo futuro

O Brasil tem tido uma relação interessante com a crise. De um lado, como resultado de suas políticas anteriores, o País permitiu-se encarar as perturbações econômicas com respostas criativas pelo Estado (por exemplo, as desonerações fiscais de vários setores para sustentar o consumo); e, de outro, os problemas mostraram que a solução de um novo tempo vai passar por proposições que combinem uma ação estatal e uma ação do setor privado (por exemplo, o pré-sal). Essa conjugação de perspectivas está desembocando num ambicioso projeto de futuro.

Mas o quadro atual da crise econômica mundial trouxe uma forte necessidade de reformulação do setor financeiro do planeta: regulação nacional e internacional, discussão da finalidade das finanças, considerações sobre as dimensões do capital na área, exame da arquitetura do sistema, fluxo e destinação do crédito, limite e amplitude das inovações do setor, etc. É verdade que essa necessidade de mudanças tem encontrado uma barreira forte nos causadores da crise, que, tendo armazenado uma hegemonia no Estado norte-americano, pretendem mudar sem mudar — o famoso princípio do Lampedusa.

Não é, todavia, só nessa área que a crise trouxe requerimentos de solucionar perdas e danos. Emerge com força e intensidade a exigência de reestruturação da base produtiva. Exigência que atravessa a infraestrutura (energia, por exemplo) e prossegue até a reformulação tecnológica de múltiplos mercados. Ou seja, há uma irmandade sólida e na mesma direção: as duas esferas do capital devem ser alteradas. Pois há tanto a imperiosidade de reordenação financeira quanto da metamorfose da produção. Teremos, isto sim, um processo dramático de centralização do capital, com a construção de uma nova divisão internacional do trabalho, e que traz consigo uma reordenação do comércio entre as nações.

Há que ver que, no subterrâneo da crise atual, tem uma forma potencial, uma nova mundialização. Naturalmente, a definição do comando econômico não está clara, há um jogo que vai aglutinar e pôr em confrontos forças financeiras, produtivas e uma diversa posição do Estado. O que parece certo é que este último terá uma ressurreição, dado o fracasso das finanças e o longo caminho para o restabelecimento do setor produtivo. Um novo período histórico anuncia-se não sem fortes dores pronunciadas, num longo processo de renova-

ção, desde problemas migratórios até climáticos, cujo término se dará na consolidação de uma nova figura do equivalente geral das trocas, a moeda.

O tema para o Brasil é complexo. Do ponto de vista estratégico, o País tem uma oportunidade à frente e uma trajetória a cumprir para um novo estágio de desenvolvimento. É nesta conjuntura que estamos vivendo que está emergindo a possibilidade de construir uma nova estrutura. E ela tem que ser alvo de uma estratégia, de um planejamento e de uma execução. O alvo desejado, em suma, é transformar o Brasil num ator médio, no cenário mundial, articulando seu movimento em torno da energia (petróleo, pré-sal e biocombustíveis), em torno de recursos naturais (água, ar, vento) e em torno de produtos alimentares da agricultura nacional. Só que o conjunto desses produtos por si só não necessariamente assegura ao País mudar de *status*, seja econômica, seja politicamente. Deste último ponto de vista, há um outro passo a dar: tornar-se uma potência militar intermediária. Daí advém toda essa movimentação recente ao redor de equipamentos bélicos e da constituição de uma indústria militar.

Só que tudo isso — alimentos, energia e forças armadas — precisa estar amparado por áreas industriais. Hoje, dentro das nossas possibilidades, a solução da dinâmica brasileira passaria por centrar no Estado a liderança dos processos econômicos, em parceria com o setor privado. O ponto mais audacioso seria o pré-sal, criando, a partir dele, um núcleo de acumulação, encadeando indústrias de equipamentos, de sondas, de navios, etc. O personagem principal da economia passaria a ser novamente o investimento. E ele nos traria, desta vez, uma inserção ativa no processo da divisão internacional do trabalho. Esses processos brasileiros seriam simultâneos às alterações na economia mundial. A dialética da dependência está a caminho de uma dialética da interdependência.

Enéas de Souza (FEE/CEES)

A retomada do ensino médio profissional federal em 2009

O ensino médio profissional vem assumindo um novo perfil no âmbito federal. O crescimento percentual no total de matrículas, no ensino profissional como um todo, no Brasil e no RS foi de 72% e 50%, respectivamente, no período entre 2001 e 2008, mas a participação da rede federal no total de matrículas, no Brasil e no RS, foi apenas de 10% em 2008, tendo diminuído seu percentual em relação a 2001. Em 2005, foi criado o Programa de Expansão de Educação Profissional como alternativa aos jovens, pois menos de 30% chegam à universidade. O **Censo Escolar de 2008** não captou o esforço despendido, pois os dados já haviam sido coletados. O número de escolas de ensino profissional era 140 em 2002, pas-

sou a 214 em 2008, e, até o final de 2009, serão finalizadas mais 100 escolas, todas dentro da nova estrutura de Instituições Federais de Educação Tecnológica (IFETs), organizadas de forma vertical, desde a formação inicial até a pós-graduação. Das vagas dos institutos, 20% serão destinadas a licenciaturas, dada a carência de professores. Até 2010, serão 38 institutos com 301 *campi*, com abrangência nacional. No RS, estão em implantação três institutos, com 23 *campi*. O investimento na rede federal de ensino profissional em todo País será de R\$ 1,1 bilhão e pretende-se, até o final de 2010, atingir 500.000 matrículas.

Matrícula total (redes pública e privada) da educação profissional em ensino técnico, proporção de matrículas da rede federal nesse total, no Brasil e no RS — 2001 e 2008

DISCRIMINAÇÃO	2001		2008		Proporção Federal/Total (%)		Δ% ²⁰⁰⁸ / ₂₀₀₁	
	Total	Federal	Total	Federal	2001	2008	Total	Federal
Brasil.....	462 258	56 579	795 459	77 074	12	10	72	36
RS.....	53 921	6 271	80 661	7 901	12	10	50	26

FONTE: MEC.

Carlos Roberto Winckler (FEE/CEES)

INSS e justiça social no campo

A Constituição de 1988 estabeleceu os princípios da universalidade, da uniformidade e da equivalência da proteção social à população. Com isso, estendeu aos trabalhadores rurais os benefícios e os serviços do INSS.

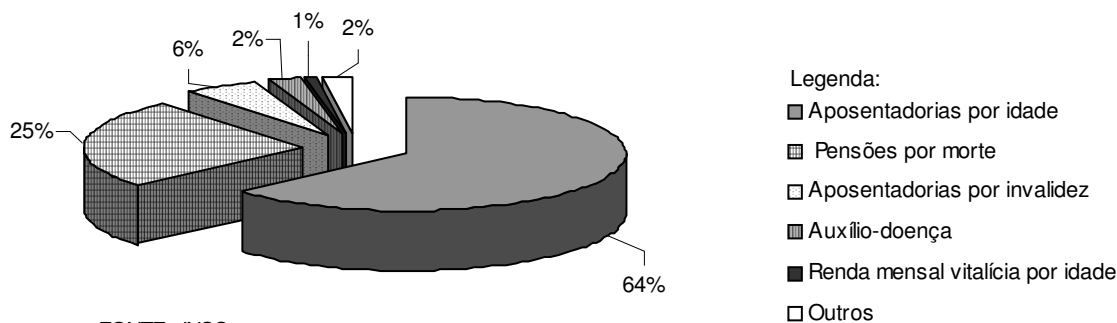
A atuação da Previdência levou à redução da pobreza no País. Em 2007, 56,87 milhões de pessoas estariam nessa situação, as quais somariam 79,10 milhões sem as transferências previdenciárias, um acréscimo importante de 22,23 milhões.

A esse inquestionável avanço social, correspondeu uma deterioração das contas da Previdência, que, de um superávit de 1,75% do PIB em 1988, passou a exibir, em apenas pouco mais de uma década (1999), um déficit estimado em 0,9% do PIB nacional (Panorama da Previdência Social Brasileira).

No Rio Grande do Sul — embora a previdência rural não possa ser responsável sozinha pelo desequilíbrio orçamentário —, é significativo que o valor das aposentadorias rurais por idade correspondeu a 64% do total de benefícios pagos ao setor e, tão somente, 0,26%, à aposentadorias por contribuição. Evidencia-se, aqui, uma fonte importante de desequilíbrio efetivo e potencial nas contas previdenciárias (gráfico).

Mas como conciliar o objetivo de equilíbrio orçamentário com os propósitos de aumentar a proteção social em geral e de resgatar a dívida histórica com o campo, em particular, assumidos pelo INSS, por delegação do Estado?

Estrutura do valor dos benefícios rurais pagos pelo INSS no Rio Grande do Sul — 1993-07



FONTE: INSS.

NOTA: Valores em reais correntes acumulados entre 1993 e 2007.

Maria D. Benetti (FEE/CEES)

ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./96-ago./09

MESES E ANOS	TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DO PIB (1) (IBGE)	TAXA DE INVESTIMENTO (2) (% do PIB) (IPEA)	TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ABERTO (3) (% da PEA) (IBGE)	TAXAS ANUAIS DE VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS (4) (IPCA/IBGE)	TAXAS BÁSICAS DE JUROS AO ANO (%) (Bacen)	TAXA EFETIVA DE CÂMBIO (5) (Funcex)		SALÁRIOS REAIS NA INDÚSTRIA (IBGE)		BASE MONETÁRIA (saldo em R\$ milhões correntes) (Bacen)
						Índice (base fixa: dez./03 = 100)	Taxa de Variação (4)	Índice (base jan./01 = 100)	Taxa de Variação (7)	
Dez./96	2,1	21,0	-	10,1	23,00	-	-	127,2	0,2	20 106
Dez./97	3,4	22,2	-	5,2	38,00	-	-	132,8	0,8	32 283
Dez./98	0,0	21,2	-	1,7	29,00	-	-	131,3	-0,5	39 285
Dez./99	0,3	19,6	-	8,9	19,00	-	-	125,4	0,1	45 407
Dez./00	4,3	20,3	-	6,0	16,50	-	-	128,3	0,2	46 304
Dez./01	1,3	19,2	10,6	7,7	19,00	-	-	130,7	25,7	52 846
Dez./02	2,7	-	10,5	12,5	22,00	-	-	122,4	20,3	69 901
Dez./03	1,1	-	10,9	9,3	17,50	-	-	126,4	21,9	70 802
Dez./04	5,7	-	9,6	7,6	17,25	88,9	-	134,4	24,8	87 344
Dez./05	2,9	-	8,3	5,7	18,50	75,7	-14,8	135,5	21,3	98 306
Dez./06	3,8	-	8,4	3,1	13,25	73,8	-2,5	135,1	19,7	118 304
Set./07	5,3	-	9,0	4,2	11,50	68,1	-9,1	102,7	-0,8	123 181
Out./07	-	-	8,7	4,1	11,25	64,9	-10,7	105,7	3,0	124 345
Nov./07	-	-	8,2	4,2	11,25	64,5	-12,0	115,7	9,5	127 393
Dez./07	5,7	-	7,4	4,5	11,25	63,9	-13,4	140,8	21,7	143 642
Jan./08	-	-	8,0	4,6	11,25	63,7	-12,5	112,0	-20,5	141 858
Fev./08	-	-	8,7	4,6	11,25	62,7	-12,7	106,6	-4,9	132 524
Mar./08	5,9	-	8,6	4,7	11,25	63,5	-12,0	108,1	1,5	130 811
Abr./08	-	-	8,5	5,0	11,25	63,1	-13,4	106,1	-1,9	131 320
Mai./08	-	-	7,9	5,6	11,75	61,2	-14,8	108,7	2,5	132 658
Jun./08	6,0	-	7,9	6,1	12,25	59,8	-14,6	107,2	-1,4	131 067
Jul./08	-	-	8,1	6,4	13,00	59,1	-14,3	109,6	2,2	134 669
Ago./08	-	-	7,6	6,2	13,75	58,6	-17,2	109,9	0,3	133 935
Set./08	6,3	-	7,6	6,3	13,75	63,4	-6,9	108,4	-1,4	137 544
Out./08	-	-	7,5	6,4	13,75	70,6	8,8	109,1	0,7	139 816
Nov./08	-	-	7,6	6,4	13,75	70,2	8,8	120,3	10,3	130 600
Dez./08	5,1	-	6,8	5,9	13,75	74,5	16,6	148,1	23,1	145 742
Jan./09	-	-	8,2	5,8	12,75	71,1	11,6	113,7	-23,2	142 042
Fev./09	-	-	8,5	5,9	12,75	70,1	11,8	113,2	-0,4	135 861
Mar./09	3,1	-	9,0	5,6	11,25	69,7	9,8	111,0	-1,9	132 168
Abr./09	-	-	8,9	5,5	10,25	68,1	7,9	110,0	-0,9	132 422
Mai./09	-	-	8,8	5,2	10,25	65,0	6,2	114,7	4,3	134 772
Jun./09	1,3	-	8,1	4,8	9,25	63,2	5,7	112,1	-2,3	136 247
Jul./09	-	-	8,0	4,5	8,75	63,0	6,6	113,3	1,1	138 421
Ago./09	-	-	-	4,4	8,75	-	-	-	-	-

(continua)

ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./96-ago./09

MESES E ANOS	NECESSIDADES PRIMÁRIAS DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (6) (Bacen)	DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL DO SETOR PÚBLICO (% do PIB) (Bacen)	INDÚSTRIA				SETOR EXTERNO					Reservas Externas (conceito de liquidez internacional) (US\$ milhões) (Bacen)	Dívida Externa Total (US\$ milhões correntes)
			Índice da Produção Física (base 2002 = 100) (IBGE)	Taxas de Crescimento (IBGE)		Utilização da Capacidade Instalada (%) (IBRE) (8)	Taxas de Crescimento (Secex)		% do PIB (Bacen)				
				Produção física (1)	Produtividade física da indústria (7)		Exporta- ções (1)	Importa- ções (1)	Transações correntes (6)	Investi- mentos diretos (6)	Transações correntes não cobertas por investimentos diretos (6)		
Dez./96	0,09	33,3	83,87	1,7	-	84,0	2,7	6,7	-2,98	1,28	1,70	60 110	...
Dez./97	0,98	34,5	81,16	3,9	-	83,2	11,0	15,1	-4,16	2,13	2,03	52 173	199 998
Dez./98	-0,01	42,6	79,26	-2,0	-	81,0	-3,5	-6,2	-4,24	3,66	0,58	44 556	241 777
Dez./99	-3,13	49,7	86,06	-0,7	-	81,5	-6,1	-14,9	-4,32	4,87	-0,55	36 342	241 468
Dez./00	-3,56	48,8	92,66	6,6	-	82,7	14,7	13,8	-3,76	5,08	-1,33	33 011	236 156
Dez./01	-3,67	52,6	86,69	1,6	-10,7	80,2	5,7	0,1	-4,19	4,06	0,14	35 866	226 067
Dez./02	-3,96	55,5	93,75	2,7	-9,9	80,9	3,7	-15,4	-1,51	3,29	-1,78	37 823	227 689
Dez./03	-4,37	57,2	98,23	0,4	-6,9	81,9	21,1	2,3	0,75	1,83	-2,59	49 296	235 414
Dez./04	-4,59	51,7	106,41	8,3	-6,6	84,4	32,0	30,0	1,76	2,73	-4,49	52 935	220 182
Dez./05	-4,83	46,5	109,34	3,1	-5,1	83,7	22,6	17,2	1,58	1,71	-3,29	53 799	187 987
Dez./06	-3,88	44,0	109,65	2,8	-8,1	84,4	16,2	24,1	1,27	1,76	-3,03	85 839	199 372
Set./07	-4,02	43,2	124,19	4,8	-6,4	86,1	16,0	27,9	0,55	2,75	-3,30	162 962	237 632
Out./07	-4,19	43,2	136,83	5,3	8,0	87,0	15,9	28,4	0,40	2,81	-3,22	167 867	238 262
Nov./07	-4,21	42,4	130,47	5,5	-4,0	87,2	16,6	29,3	0,19	2,75	-2,94	177 060	242 098
Dez./07	-3,97	43,9	116,58	6,0	-8,3	86,7	16,8	32,1	0,12	2,59	-2,71	180 334	240 495
Jan./08	-4,14	41,9	118,75	6,3	3,0	84,3	17,0	33,4	-0,16	2,73	-2,57	187 507	244 829
Fev./08	-4,18	42,0	114,18	6,8	-3,8	84,7	17,8	36,6	-0,32	2,65	-2,33	192 902	247 998
Mar./08	-4,47	41,2	123,04	6,6	5,9	85,2	16,3	36,0	-0,64	2,64	-2,00	195 232	253 483
Abr./08	-4,25	40,9	124,96	7,0	1,4	85,1	15,3	38,0	-0,97	2,63	-1,65	195 767	254 307
Mai/08	-4,35	40,6	128,53	6,7	1,5	85,6	16,5	40,0	-1,00	2,65	-1,64	197 906	259 109
Jun./08	-4,24	40,5	129,51	6,7	0,8	86,3	18,9	43,8	-1,22	2,09	-0,87	200 827	262 429
Jul./08	-4,33	40,7	136,50	6,9	4,1	86,1	22,6	46,0	-1,29	2,03	-0,74	203 562	266 862
Ago./08	-4,37	40,5	135,10	6,4	-1,0	86,6	24,5	48,2	-1,44	2,18	-0,74	205 116	271 079
Set./08	-4,55	37,8	136,17	6,8	0,3	86,3	27,0	50,6	-1,63	2,46	-0,82	206 494	272 966
Out./08	-4,47	36,2	138,29	5,9	0,6	86,3	26,3	50,2	-1,68	2,47	-0,79	197 229	278 919
Nov./08	-4,27	34,9	122,10	4,8	-9,6	85,2	24,5	45,9	-1,63	2,42	-0,78	194 668	271 428
Dez./08	-3,68	38,8	99,40	3,1	-15,3	80,6	23,0	41,8	-1,79	2,86	-1,07	193 783	262 910
Jan./09	-3,20	36,9	98,02	1,0	1,8	76,7	19,2	35,8	-1,76	2,75	-1,00	188 102	267 486
Fev./09	-3,03	37,1	94,99	-1,0	-0,9	77,0	15,3	27,6	-1,72	2,90	-1,18	186 880	261 821
Mar./09	-2,83	40,6	111,09	-1,9	15,0	77,1	15,0	24,4	-1,58	2,88	-1,30	190 388	259 926
Abr./09	-2,54	41,4	106,47	-3,9	-3,9	77,6	12,8	18,0	-1,40	2,93	-1,53	190 546	262 113
Mai/09	-2,28	42,6	114,17	-5,0	6,5	78,7	4,9	9,2	-1,51	3,08	-1,58	195 264	264 694
Jun./09	-2,04	43,1	115,45	-6,5	1,3	79,0	-0,6	0,3	-1,37	3,05	-1,68	201 467	266 283
Jul./09	-1,76	44,1	122,96	-8,0	5,9	79,8	-7,5	-7,7	-1,35	2,94	-1,60	207 363	267 482
Ago./09	-	-	-	-	-	81,6	-12,9	-15,3	-1,34	2,75	-1,42	215 744	277 205

FONTE: IPEA. IBGE. Bacen. DIEESE. FGV. IBRE. Macrométrica.

(1) Variação percentual do fluxo dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (2) Taxa de investimento no trimestre (preços de 1990). Taxa obtida a partir da relação entre as séries de índices reais (base fixa, dessazonalizado) da formação bruta de capital fixo e do PIB. (3) Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho. (4) Variação percentual em relação ao mesmo mês do ano anterior. (5) R\$/cesta de 13 moedas: Zona do Euro, EUA, Japão, Argentina, China, Coreia do Sul, Rússia, Canadá, Uruguai, Paraguai, Chile, México e Reino Unido. (6) Valor dos últimos 12 meses. (7) Variação percentual em relação ao mês anterior. (8) Taxa mensal.

Carta de Conjuntura - Ano 18 nº 10

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — abr./07-ago./09

MESES E ANOS	PIB (1)	PRODUÇÃO FÍSICA NA INDÚSTRIA			ICMS (R\$ milhões)				ÍNDICES DE PREÇOS	
		Base Fixa (4)	Mês (5)	Acumulado no Ano (6)	Industrial	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Total	IEPE (7)	CUB (R\$)
Abr./07	-	112,37	115,18	108,53	475,0	311,9	101,2	970,4	86,98	908,85
Mai/07	-	118,51	109,31	108,70	468,1	243,9	103,0	970,4	87,19	913,28
Jun./07	-	108,10	106,78	108,37	415,1	323,5	128,0	993,3	88,10	919,60
Jul./07	-	112,43	108,99	108,46	401,5	281,8	120,8	926,8	88,81	942,88
Ago./07	-	113,04	106,48	108,20	513,2	236,3	135,8	1 009,1	88,95	945,05
Set./07	-	100,21	101,59	107,48	434,1	297,5	138,0	1 006,5	89,00	948,23
Out./07	-	115,45	109,56	107,69	466,6	288,9	132,1	1 022,4	89,03	951,56
Nov./07	-	110,37	106,87	107,62	550,4	320,1	130,8	1 147,5	90,04	953,61
Dez./07	7,0	98,53	105,22	107,43	509,5	340,0	121,3	1 135,9	90,76	957,09
Jan./08	-	102,86	108,95	108,95	520,0	336,8	219,4	1 243,3	91,71	957,57
Fev./08	-	105,86	112,17	110,56	511,9	308,3	139,1	1 114,0	91,48	959,14
Mar./08	-	113,20	99,04	106,22	514,4	280,7	117,5	1 054,9	92,09	964,44
Abr./08	-	120,91	107,59	106,59	523,5	368,0	137,1	1 167,1	92,77	967,72
Mai/08	-	114,61	96,70	104,39	492,2	392,1	129,5	1 172,8	94,23	969,38
Jun./08	-	115,69	107,02	104,83	651,0	303,1	156,0	1 322,2	95,53	981,24
Jul./08	-	119,12	105,95	105,00	449,0	431,3	146,8	1 163,7	96,34	1 030,71
Ago./08	-	114,87	101,61	104,56	536,3	340,2	144,4	1 133,6	96,66	1 038,38
Set./08	-	116,12	115,87	105,73	575,8	390,2	154,1	1 278,5	96,95	1 048,99
Out./08	-	118,38	102,53	105,39	547,6	416,4	128,0	1 285,5	97,13	1 055,21
Nov./08	-	99,17	89,85	103,95	538,0	482,3	136,3	1 328,3	98,00	1 058,22
Dez./08	3,8	81,68	82,89	102,35	508,2	368,8	131,1	1 165,8	98,18	1 069,27
Jan./09	-	81,60	79,32	79,32	651,5	304,8	194,6	1 314,0	98,69	1 075,83
Fev./09	-	84,17	79,51	79,42	531,3	264,6	129,3	1 084,4	99,27	1 079,34
Mar./09	-	101,90	90,01	83,15	513,9	276,8	132,5	1 081,7	99,61	-
Abr./09	-	104,50	86,42	84,04	666,3	303,1	119,0	1 246,4	100,00	-
Mai/09	-	105,32	85,65	85,65	631,7	284,8	137,8	1 214,6	100,44	-
Jun./09	-	104,71	90,50	86,49	554,0	287,5	156,6	1 156,8	100,86	-
Jul./09	-	110,02	92,35	87,37	552,8	283,0	149,5	1 139,1	100,83	-
Ago./09	-	-	-	-	585,2	295,7	148,0	1 182,5	100,51	-

(continua)

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — abr./07-ago./09

MESES E ANOS	SALDO DE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS COM CARTEIRA	DESEMPREGO NA RMPA		RENDIMENTOS NA RMPA (2)		CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (3) (mwh)		EXPORTAÇÕES VALOR (1 000 US\$ FOB)
		Taxa de Desemprego		Ocupados (8)	Assalariados (9)	Industrial	Total	
		Aberto	Total					
Abr./07	15 008	10,1	13,6	1 150	1 181	556 619	1 788 914	971 243
Mai/07	-3 382	10,6	14,1	1 159	1 180	561 775	1 704 116	1 400 416
Jun./07	-1 132	10,8	14,4	1 153	1 180	556 098	1 642 989	1 281 777
Jul./07	-1 690	10,3	13,8	1 153	1 176	542 700	1 617 726	1 673 608
Ago./07	673	10,0	13,4	1 152	1 174	559 421	1 653 837	1 571 858
Set./07	14 986	9,6	12,8	1 149	1 155	534 178	1 612 954	1 280 444
Out./07	20 118	9,5	12,4	1 162	1 173	538 908	1 626 879	1 608 080
Nov./07	20 319	9,2	11,9	1 167	1 174	540 020	1 646 665	1 163 724
Dez./07	-8 065	8,7	11,3	1 194	1 197	527 914	1 737 091	1 277 226
Jan./08	19 029	8,4	11,2	1 157	1 155	467 639	1 914 097	1 155 177
Fev./08	20 080	8,3	11,3	1 129	1 125	553 905	1 949 550	1 196 912
Mar./08	18 474	8,7	11,7	1 112	1 125	556 404	1 905 271	1 156 056
Abr./08	13 578	9,0	12,0	1 142	1 153	591 331	1 852 881	1 398 875
Mai/08	2 296	9,2	12,2	1 174	1 193	588 888	1 747 461	1 718 977
Jun./08	7 990	8,7	11,9	1 196	1 211	579 625	1 722 206	1 682 512
Jul./08	4 522	8,7	11,9	1 199	1 218	599 694	1 738 101	1 866 525
Ago./08	4 814	8,3	11,3	1 209	1 215	598 172	1 738 262	1 733 246
Set./08	10 540	8,3	11,2	1 214	1 218	570 888	1 684 761	2 556 164
Out./08	8 873	7,9	10,6	1 215	1 214	583 481	1 723 158	1 662 121
Nov./08	8 036	7,7	10,2	1 208	1 214	545 726	1 702 679	1 120 931
Dez./08	-27 678	7,4	9,8	1 190	1 186	504 271	1 821 798	1 212 575
Jan./09	2 798	7,6	10,0	1 201	1 184	370 254	1 838 172	704 515
Fev./09	747	7,8	10,4	1 222	1 208	451 763	1 869 565	876 189
Mar./09	4 734	9,0	11,7	1 231	1 230	484 699	1 925 556	883 952
Abr./09	2 935	9,7	12,1	1 213	1 227	518 975	1 878 610	1 057 077
Mai/09	-4 076	10,1	12,6	1 193	1 205	516 215	1 733 588	1 302 929
Jun./09	- 1 394	9,5	12,0	1 217	1 206	521 982	1 691 489	1 879 368
Jul./09	- 481	9,2	12,0	1 231	1 224	-	-	1 506 217
Ago./09	10 983	-	11,6	-	-	-	-	1 423 981

FONTE: FEE. IBGE. MICT. PED-RMPA. Secretaria da Fazenda-RS. IEPE. SINDUSCON. Ministério do Trabalho e Emprego.

(1) Refere-se à taxa anual. (2) Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de jul./09. (3) Refere-se à soma do consumo de energia elétrica divulgado pelas três principais operadoras do Estado (RGE, AES-SUL e CEEE). (4) Base: média de 2002 = 100. (5) Base: igual mês do ano anterior = 100. (6) Base: igual período do ano anterior = 100. (7) Base: abr./09 = 100. (8) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (9) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

Os impactos da crise internacional sobre a indústria e as exportações gaúchas

A literatura econômica aponta a forte dependência da indústria gaúcha em relação às exportações. Por meio da análise da variação da produção física e do volume de exportação dos principais segmentos da indústria de transformação do RS, no período jan.-jul./09, contra idêntico período de 2008, essa dependência é corroborada, o que pode ser constatado, facilmente, observando-se o gráfico.

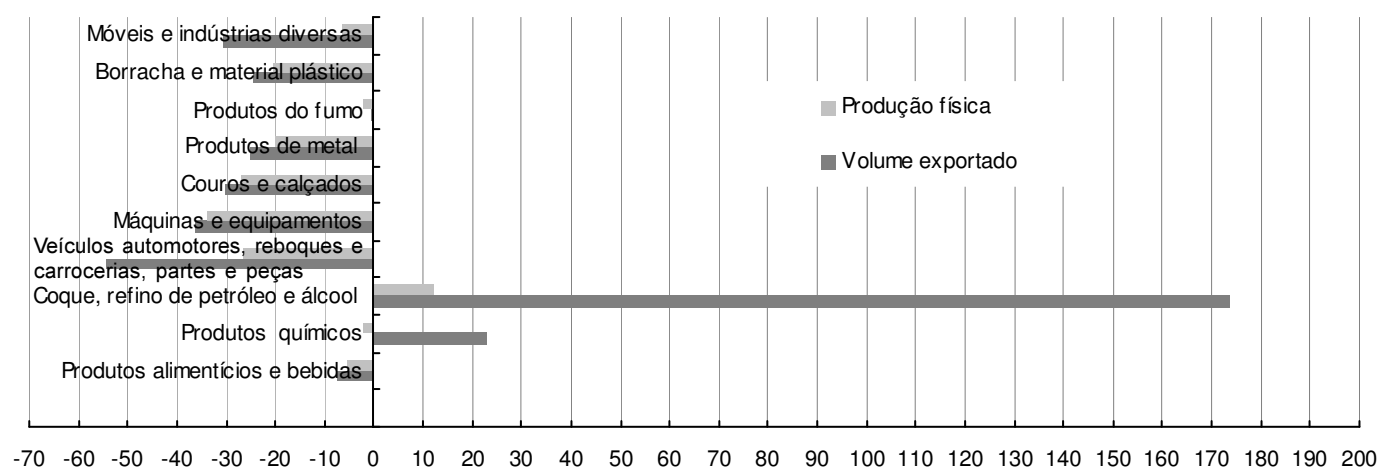
O segmento de coque, refino de petróleo e álcool foi um dos únicos a apresentar crescimento no volume de exportações no período (173,8%). Também apresentou crescimento na produção: 12,1% (PIM 2009). O seu coeficiente de abertura (8,21), medido pelo quociente entre o seu volume de exportações e o seu VBP, está abaixo da média do conjunto dos segmentos pesquisados (22,96), o que indica um espaço considerável para o aumento das exportações do segmento. Os pro-

duto químicos também tiveram um desempenho positivo nas exportações (23,1%). Porém, uma pequena queda na produção (-2,3%).

Um dos segmentos mais afetados pela crise internacional foi o automobilístico, com variações de -54,1% nas exportações e de -26,4% em seu volume de produção.

As maiores participações relativas na estrutura da indústria de transformação do RS são as dos segmentos de produtos alimentícios e bebidas (18,45%) e de produtos químicos (15,7%). Possuem coeficientes de abertura de 26,75 e 16,79 respectivamente. O segmento com o maior coeficiente de abertura é o de produtos de fumo (64,70), o que indica que quase dois terços da produção desse segmento no RS são exportados. Por outro lado, sua participação relativa no VBP da indústria de transformação é de apenas 3,92%.

Variação percentual das exportações e da produção física dos principais segmentos industriais do RS — jan.-jul./09/jan.-jul./08



FONTE: FEE.
IBGE.

Livio Luiz Soares de Oliveira (FEE/CIE)

As contas gaúchas pioram e dificultam a continuação do déficit zero

Apesar de a execução do orçamento da Administração Pública Estadual Consolidada (Direta e Indireta) ter melhorado até o ano passado, em 2009 já mostra sinais preocupantes. Nos últimos anos, a receita consolidada (a preços de agosto de 2009) cresceu, em função tanto do desempenho da economia como pelas medidas implementadas pela Secretaria da Fazenda, relacionadas aos procedimentos tributários. A receita foi de R\$ 21,4 bilhões em 2006, passou para R\$ 23,4 bilhões em 2007 e, depois, em 2008, chegou a R\$ 24,7 bilhões. A despesa consolidada também aumentou de R\$ 22,5 bilhões (2006) para R\$ 22,7 bilhões (2007) e, finalmente, para R\$ 24,2 bilhões (2008). A situação até 2008 é bem adequada, pois os resultados orçamentários passaram de um déficit de R\$ 1,1 bilhão (2006), para superávits de R\$ 721 milhões (2007) e R\$ 466 milhões (2008).

Porém esses bons resultados orçamentários reverteram a tendência no acumulado jan.-ago./09, com um déficit de R\$ 241 milhões. Esta última posição é preocupante por três motivos: em primeiro lugar, o superávit acumulado era de R\$ 541 milhões no mesmo período do ano anterior; em segundo, o ICMS ficou abaixo do ano anterior em praticamente todos os meses do ano de 2009; e em terceiro, caso as outras

receitas tributárias (como IPVA) não tivessem compensado essa perda do ICMS, a situação poderia ser bem pior. Concluindo, é importante a continuação desse processo de ajuste, pois a situação no acumulado de jan.-ago./09 mudou para pior. Isso pode dificultar a continuação do déficit zero.

Evolução do resultado da execução do orçamento da Administração Pública Estadual Consolidada do RS — 2006-09

PERÍODOS	RECEITA CONSOLIDADA	DESPESA CONSOLIDADA	RESULTADO ORÇAMENTÁRIO
	(A)	(B)	(A-B)
2006	21 361	22 480	-1 119
2007	23 444	22 723	721
2008	24 705	24 239	466
Jan.-ago./08	15 531	14 990	541
Jan.-ago./09	18 106	18 347	-241

FONTE: Secretaria da Fazenda do RS/Contadoria e Auditoria Geral do Estado/Divisão de Informações Legais e Gerenciais/Sistema AFE.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI-FGV para agosto de 2009.

Alfredo Meneghetti Neto (FEE/CEES)

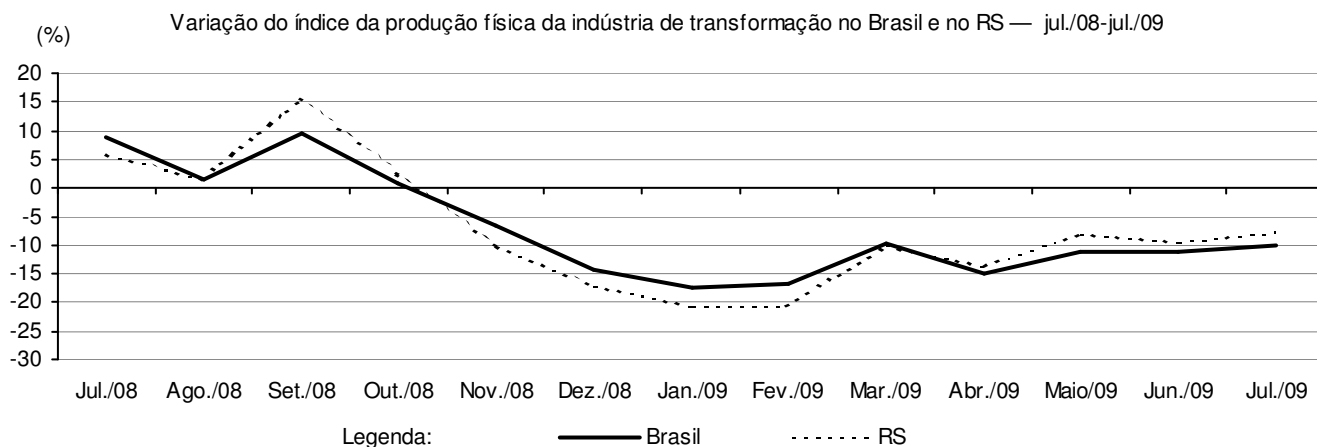
Indústria em lenta recuperação e moderadas expectativas

A queda da produção industrial brasileira e gaúcha teve início no mês de out./08, a partir da crise financeira internacional, que repercutiu sobre a atividade produtiva mundial. Em set./08, a produção da indústria de transformação brasileira cresceu 9,6%, em relação a igual mês do ano anterior, e declinou para -14,3% no mês de dezembro. No RS, os resultados respectivos foram de 15,9% e -17,1%. Esses resultados continuaram em queda livre até jan./09, quando a indústria de transformação brasileira apresentou uma taxa de -17,4%, e a gaúcha, de -20,7%.

A partir de fev./09, teve início um movimento de recuperação — embora moderado —, que se manteve até o mês de julho, última informação disponível. No Brasil, o setor industrial alcançou julho com uma taxa de -9,9%, o que representa uma variação de 7,5 pontos percentuais em relação a jan./09, e, no Estado, o resultado foi de -7,6%, representando uma oscilação positiva de 13,1 pontos percentuais na comparação com jan./09. As medidas de estímulo ao consumo interno, como a preservação do poder de compra dos salários, as melhores condições de crédito ao consumidor e a redução do IPI para os bens de consumo duráveis, exerceram forte efeito positivo. Os bancos públicos atuaram no mesmo sentido, garantindo o crédito e apoiando novos investimentos, sobretudo em energia e infraestrutura. Entretanto deve-se considerar que houve um recuo da formação bruta de capital fixo no Brasil de 20,7%, entre o quarto trimestre de 2008 e o primeiro de 2009. Destaca-se, ainda, a manutenção da queda nas exportações, responsável pela redução de 50% da atividade industrial brasileira no primeiro semestre de 2009 (BNDES).

No RS, o acumulado dos sete primeiros meses de 2009, em relação a igual período do ano anterior, mostrou que houve recuperação das indústrias de refino de petróleo, celulose, outros produtos químicos, fumo, bebidas, mobiliário e alimentos, que, além de ampliarem a produção ao longo do ano, apresentaram taxas acumuladas superiores às do total da indústria. As quatro primeiras vêm crescendo graças ao aquecimento do mercado doméstico e à retomada de suas exportações. As demais beneficiaram-se apenas do mercado doméstico. Aliás, a indústria de alimentos, por conta das vendas internas, conseguiu atravessar o período de crise com quedas bastante moderadas da produção, tanto no RS como no Brasil. Por outro lado, é extremamente preocupante o comportamento da produção de calçados e de máquinas e equipamentos, que continuam acumulando quedas sucessivas. A importância do setor calçadista reside no fato de ele ser grande gerador de empregos e por seus efeitos de encadeamento interindustrial. No caso de máquinas e equipamentos, seu destaque prende-se à capacidade de difundir inovações, sendo um dos poucos segmentos da indústria gaúcha que se inclui no grupo de média/alta tecnologia.

Os números registram uma retomada, ainda que lenta, da produção industrial brasileira e gaúcha. No entanto, essa recuperação baseia-se na ampliação da utilização da capacidade instalada, uma vez que os investimentos continuam em queda, revelando que as expectativas empresariais ainda não apostam em uma reversão sustentada. Essa prudência repousa no fato de que o mercado mundial continua pouco dinâmico e de que o sistema financeiro internacional permanece instável.



FONTE: IBGE/Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física.

Clarisse Chiappini Castilhos (FEE/CEES)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 1º.10.09).
ISSN 1517-7254

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento e Gestão.

Tiragem: 250 exemplares.


**Fundação de
Economia e
Estatística**

Presidente: Adelar Fochezatto
Diretor Técnico: Octavio Augusto Camargo Conceição
Diretor Administrativo: Nôra Angela Gundlach Kraemer

Conselho Editorial da Carta: Octavio Augusto Camargo Conceição, Adalberto Alves Maia Neto, Roberto da Silva Wiltgen e Sônia Unikowsky Teruchkin.

Núcleo de Dados: Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre
CEP 90010-283
E-mail: conjuntura@fee.tche.br
www.fee.rs.gov.br

Editoração
Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Vera Lúcia Pires Dalberto. Expedição: Lisete Maria Giroto.

Revisão
Coordenação: Susana Kerschner. Revisores: Maria Inacia Flôr Reinaldo e Sidonia Therezinha Hahn Calvete.

Editoria
Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Therezinha Koch Leal e Rejane Maria Bondanza Lopes. Conferência: Jose Antonio da Silva, Lourdes Teresinha dos Santos e Vera Sonia da Silva Castro. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.